



TERMO DE REFERÊNCIA

CÂMARA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS

Processo Administrativo nº 2025000048

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3417/2025

A Câmara Municipal de Caldas Novas, inscrita no CNPJ nº 01.073.089/0001-89, localizada na Av. Tiradentes s/nº, Bairro Itanhangá I, CEP: 75.680-350, na cidade de Caldas Novas - GO, através do Agente de Contratação Vinícius Henrique Costa, nomeado através da Portaria nº 039/2025, torna público que realizará Processo de Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR VALOR POR ITEM** nos termos Artigo nº 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, conforme critérios definidos neste edital, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários estabelecidos a seguir:

Data para recebimento de propostas: 21/01/2025 a 23/01/2025.

Endereço eletrônico para envio das propostas e documentação:

compras@camaradecaldas.go.gov.br

- No "assunto" do e-mail referente à proposta enviada deverá constar o número da dispensa de licitação. Caso não seja informado, a proposta será desclassificada.

Compõem este Termo de Referência além das condições específicas, o seguinte documento:

ANEXO I – MODELO - PROPOSTA COMERCIAL

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de serviço especializado em limpeza e conserto do telhado do centro administrativo, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de Caldas Novas - GO.



1.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, QUANTIDADES E UNIDADES DE FORNECIMENTO:

ITEM	QUANT.	UNID.	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	VALOR UNIT. MÉDIO R\$	VALOR TOTAL MÉDIO R\$
01	01	Unid.	Os serviços a serem realizados incluem: LAVAGEM DE TELHADO: O SERVIÇO DE LAVAGEM DE TELHADO ENVOLVE A REMOÇÃO DE SUJEIRAS, MUSGOS E OUTRAS IMPUREZAS ACUMULADAS NAS TELHAS, VISANDO RESTAURAR A APARÊNCIA E A FUNCIONALIDADE DO TELHADO. A LIMPEZA É REALIZADA COM O USO DE PRODUTOS ESPECÍFICOS E EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, COMO LAVADORAS DE ALTA PRESSÃO, PARA NÃO DANIFICAR AS TELHAS. DURANTE O PROCESSO, SÃO UTILIZADOS EPIs PARA GARANTIR A SEGURANÇA DA EQUIPE. AO FINAL, O LOCAL É DEVIDAMENTE HIGIENIZADO E OS RESÍDUOS GERADOS SÃO DESCARTADOS DE FORMA ADEQUADA. REMOÇÃO DE VAZAMENTOS: O SERVIÇO ABRANGE A IDENTIFICAÇÃO E REMOÇÃO DE VAZAMENTOS NOS TELHADOS, COM A LOCALIZAÇÃO DOS VAZAMENTOS REALIZADA POR MEIO DE INSPEÇÃO VISUAL E UTILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS, EMPREGANDO MATERIAIS COMO MEMBRANAS IMPERMEABILIZANTES, TELHAS DE REPOSIÇÃO E SELANTES. TAMBÉM SÃO UTILIZADAS FERRAMENTAS COMO ESCADAS, ANDAIMES E EPIs PARA GARANTIR A SEGURANÇA. A EXECUÇÃO DO SERVIÇO ENVOLVE O REPARO DOS VAZAMENTOS, A SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS DANIFICADAS E A APLICAÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO NAS ÁREAS AFETADAS, FINALIZANDO COM A LIMPEZA DO LOCAL E O DESCARTE ADEQUADO DOS RESÍDUOS GERADOS. SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS: O SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS CONSISTE NA REMOÇÃO DAS TELHAS DANIFICADAS, QUEBRADAS OU COM VAZAMENTO, E NA INSTALAÇÃO DE NOVAS TELHAS, GARANTINDO A VEDAÇÃO E IMPERMEABILIDADE DO TELHADO. A INSPEÇÃO INICIAL IDENTIFICA AS TELHAS COMPROMETIDAS, QUE SÃO SUBSTITUÍDAS POR MODELOS ADEQUADOS AO TIPO DO TELHADO. O SERVIÇO PODE INCLUIR TAMBÉM A TROCA DE SUPORTES E FIXAÇÕES, SE NECESSÁRIO. SÃO UTILIZADAS FERRAMENTAS APROPRIADAS, COMO ESCADAS, ANDAIMES E EPIs, PARA GARANTIR A SEGURANÇA. AO FINAL,	3.933,33	3.933,33



O LOCAL É LIMPO E OS RESÍDUOS, INCLUINDO AS TELHAS ANTIGAS, SÃO DESCARTADOS CORRETAMENTE.

REVISÃO DE CALHAS E RUFOS: O SERVIÇO DE REVISÃO DE CALHAS E RUFOS CONSISTE NA VERIFICAÇÃO E MANUTENÇÃO DESSAS ESTRUTURAS, VISANDO GARANTIR O BOM FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS. A INSPEÇÃO ABRANGE A IDENTIFICAÇÃO DE OBSTRUÇÕES, VAZAMENTOS, RACHADURAS OU DESGASTES NOS MATERIAIS. REALIZA-SE AJUSTES, LIMPEZAS OU SUBSTITUIÇÕES DE PARTES DANIFICADAS. SÃO UTILIZADOS EQUIPAMENTOS ADEQUADOS PARA ACESSO, COMO ESCADAS E ANDAIMES, E EPIs PARA ASSEGURAR A SEGURANÇA DURANTE A EXECUÇÃO. AO TÉRMINO, O LOCAL É LIMPO E OS RESÍDUOS GERADOS SÃO DESCARTADOS CORRETAMENTE.

APLICAÇÃO GERAL DE RESINA NO TELHADO: O SERVIÇO DE APLICAÇÃO DE RESINA NO TELHADO VISA MELHORAR A IMPERMEABILIZAÇÃO E A PROTEÇÃO DAS TELHAS CONTRA INFILTRAÇÕES. A RESINA É APLICADA DE MANEIRA UNIFORME SOBRE AS ÁREAS DO TELHADO QUE APRESENTAM DESGASTE OU VULNERABILIDADES, CRIANDO UMA CAMADA PROTETORA CONTRA DANOS CAUSADOS PELA UMIDADE. ANTES DA APLICAÇÃO, É FEITA UMA PREPARAÇÃO DA SUPERFÍCIE PARA GARANTIR QUE A RESINA ADIRA ADEQUADAMENTE, PROPORCIONANDO MAIOR EFICÁCIA E DURABILIDADE. O PROCESSO É REALIZADO COM O USO DE EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, COMO ESCADAS E EPIS, ASSEGURANDO A SEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS. APÓS A APLICAÇÃO, O LOCAL É LIMPO E OS RESÍDUOS GERADOS SÃO DESCARTADOS DE FORMA CORRETA.

ELIMINAÇÃO DE VAZAMENTOS NA PARTE INFERIOR DO TELHADO: O SERVIÇO DE ELIMINAÇÃO DE VAZAMENTOS NA PARTE INFERIOR DO TELHADO CONSISTE NA IDENTIFICAÇÃO E NO TRATAMENTO DAS INFILTRAÇÕES QUE COMPROMETEM A ESTRUTURA INTERNA. POR MEIO DE UMA INSPEÇÃO DETALHADA, LOCALIZAM-SE OS PONTOS CRÍTICOS, COMO FORROS E PAREDES, POR ONDE A ÁGUA PENETRA. OS REPAROS NECESSÁRIOS SÃO REALIZADOS, COMO O FECHAMENTO DE FISSURAS OU A APLICAÇÃO DE VEDANTES, ASSEGURANDO A





			IMPERMEABILIDADE DO TELHADO. O TRABALHO É EXECUTADO COM EQUIPAMENTOS ADEQUADOS, SEMPRE COM ATENÇÃO À SEGURANÇA DOS PROFISSIONAIS. AO FINAL, O LOCAL É LIMPO E OS RESÍDUOS SÃO DESCARTADOS CORRETAMENTE, RESTAURANDO A PROTEÇÃO DO IMÓVEL CONTRA NOVOS VAZAMENTOS.		
--	--	--	---	--	--

1.3. O valor total estimado da contratação é de R\$ 3.933,33 (três mil e novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

1.4. Trata-se de aquisição de produto comum, a ser contratado mediante dispensa de licitação, em função do baixo valor, de acordo com o artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

2. Da fundamentação/justificativa:

2.1. A contratação do serviço pode ser justificada por várias razões sendo:

2.2. A contratação dos serviços de limpeza e conserto do telhado do centro administrativo é necessária para garantir a integridade e a segurança das instalações da Câmara Municipal, prevenindo danos estruturais que possam comprometer o funcionamento da instituição. A manutenção adequada do telhado contribui para a preservação do patrimônio público, evitando infiltrações e problemas que possam afetar os serviços prestados. Além disso, a realização dos reparos atende às práticas de responsabilidade e gestão eficiente, promovendo a transparência na utilização dos recursos públicos e garantindo um ambiente seguro e adequado para o desempenho das atividades legislativas.

2.3. SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VAZAMENTOS: Visa garantir a impermeabilidade do telhado, prevenindo infiltrações que possam danificar a estrutura e o ambiente interno, evitando custos adicionais.

2.4. SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE TELHAS: Previne danos à estrutura do telhado e ao imóvel, assegurando a impermeabilidade e evitando problemas futuros e custos com reparos complexos.

2.5. SERVIÇO DE LAVAGEM DE TELHADO: Previne o acúmulo de sujeira e musgo, garantindo a integridade das telhas e evitando infiltrações, o que contribui para a durabilidade do telhado.

2.6. SERVIÇO DE REVISÃO DE CALHAS E RUFOS: Previne obstruções e vazamentos, garantindo o bom funcionamento do sistema de escoamento de águas pluviais, protegendo a estrutura do imóvel e evitando problemas futuros.

2.7. SERVIÇO DE APLICAÇÃO GERAL DE RESINA NO TELHADO: Necessário para garantir a





impermeabilização do telhado, prevenindo infiltrações e danos, aumentando a durabilidade das telhas e protegendo a estrutura.

2.8. SERVIÇO DE ELIMINAÇÃO DE VAZAMENTOS NA PARTE INFERIOR DO TELHADO: Essencial para corrigir infiltrações internas, prevenindo danos à estrutura, como mofo e deterioração das paredes, e garantindo a segurança e preservação do imóvel.

A contratação desses serviços reforça o compromisso da Câmara Municipal com a manutenção adequada das suas instalações, garantindo a preservação do patrimônio público e a continuidade das atividades legislativas. Além disso, assegura o cumprimento das boas práticas de gestão e a transparência na utilização dos recursos, atendendo às necessidades estruturais e às expectativas da sociedade.

3. Dos requisitos para contratação:

3.1. A empresa a ser contratada deverá atender às condições de apresentação de propostas exigidas no processo de dispensa de licitação, tais como **envio de proposta de acordo com o prazo, título do e-mail e modelo estabelecido no Anexo I deste Termo de Referência;**

3.2. Somente serão consideradas propostas válidas aquelas que apresentarem no mínimo os seguintes itens: nome completo da empresa, nº do CNPJ, endereço do estabelecimento, quadro descritivo constando o detalhamento do item, a marca do produto, quando for o caso, o valor unitário, o valor total e nome do responsável pela elaboração da proposta.

3.3 A empresa participante do processo de dispensa de licitação disporá de prazo de 24 horas para efetuar a retificação da proposta enviada ao Departamento de Compras e Licitações, caso seja solicitado via e-mail, a correção de dados incompletos ou incompreensíveis;

3.4. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: Empresa/instituição ou pessoa física que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.4 A empresa a ser contratada deverá atender as condições de habilitação a serem exigidas na no processo de dispensa de licitação, tais como as condições mínimas de qualificação econômica,



fiscal, trabalhista e técnica, tudo nos termos mínimos previstos no Capítulo VI da Lei Federal no 14.133/21.

3.5. A(s) empresa(s) ou instituição(ões) interessada(s) no fornecimento dos produtos acima relacionados deverá(ão) apresentar os seguintes documentos para fins de habilitação, para posterior contratação:

- a) Cópia do Contrato Social devidamente atualizado na forma da Lei;
- b) Cópia do CNPJ da empresa;
- c) Cópia da CND junto a Receita Federal (certidão conjunta), Estadual e Municipal da sede da interessada;
- d) CND trabalhista;
- e) Cópia da CND junto ao FGTS;
- f) Demais documentos exigidos no Termo de Referência ou pela administração;

3.6. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

3.8. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

3.9. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 03 dias (úteis) que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

3.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

3.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

3.10. O contrato terá vigência até o dia 31 de dezembro de 2025.



3.11. Poderá ser solicitada a declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o fornecimento.

3.11. Sustentabilidade

3.11.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

3.11.2. Atender além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, atender ainda os seguintes requisitos de sustentabilidade:

3.11.2.1. A contratada deverá dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

3.12. Marcas/Modelo

3.12.1. Não se aplica

3.13. Amostras:

3.13.1. Não será solicitado amostras para os itens desta licitação.

3.14. Subcontratação:

3.14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.15. Garantia:

3.15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação.

4. Da forma e critérios de seleção do fornecedor:

4.1. A empresa a ser contratada será selecionada por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO e oferecer o **MENOR VALOR POR ITEM** estimado na licitação nos termos do artigo 75, INCISO II, da Lei Federal 14.133/21 e, a ser aferido conforme o Modelo de Impresso Oficial proposto.

4.2. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos:

4.2.1. HABILITAÇÃO JURIDICA E FISCAL



4.2.1.1. a) registro comercial, para empresa individual; b) ato constitutivo, em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não seja entregue por ocasião de credenciamento; c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.2.1.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

4.2.1.3. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

4.2.1.4. Certidão de regularidade de débito com as Fazendas Federal, Estadual (Dívida ativa estadual, e débitos tributários não inscritos), Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei.

4.2.1.5. Certificado de regularidade de débito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.2.1.6. Prova de Regularidade junto à Justiça do Trabalho.

4.2.1.7. Cópia da Cédula de Identidade dos sócios da empresa ou dos representantes das entidades (RG).

4.2.1.8. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na Sessão de Processamento da Dispensa de Licitação, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante substituição e apresentação de documentos, ou verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações e certificado pelo Agente de Contratação.

4.2.2. DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.2.2.1. Prova da inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, mediante a juntada de pesquisa realizada junto ao Tribunal de Contas da União, ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Estado onde tiver sede o particular;

4.2.2.2. Prova do enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, se for o caso;

4.2.2.3. Declaração do pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da



contratação, constantes do procedimento e ao cumprimento do disposto do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.2.3.1 Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao atestado.

4.2.3.2 OBS.: A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO SOMENTE SERÁ EXIGIDA DA LICITANTE QUE OFERTAR O MENOR VALOR TOTAL.

4.3. A Câmara estará recebendo de fornecedores do ramo, por e-mail (compras@camaradecaldas.go.gov.br), cotação de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado.

4.4. A documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados após a aceitação da cotação de preços e no ato da contratação.

4.5. A documentação inerente a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista será solicitada por e-mail, que poderá ser enviada pelo mesmo ou protocolada na sede da Câmara.

5. Da dotação Orçamentária:

5.1. As despesas com a execução do contrato oriundo do presente Termo de Referência serão cobertas pelas dotações vigentes no orçamento de 2025, conforme dotação abaixo:

CÂMARA MUNICIPAL – 04.0101.01.031.7007.2600.339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

6. Métodos e estratégias de suprimento:

6.1. A execução iniciada imediatamente e o fornecimento será realizado de através da autorização de entrega, **devendo ser atendida em até 05 (cinco dias) úteis da solicitação realizada.**



6.1.1. O pagamento deverá observar o recebimento da Nota de Empenho/requisição ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

7. Da vigência

7.1. A partir de sua assinatura à 31 de dezembro de 2025.

8. Recebimento e critério de aceitação do objeto:

8.1. Os fornecimentos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, a partir da comprovação da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes.
- b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes, e sua consequente aceitação, que se dará até 02 (dois) dias do recebimento provisório.

8.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.2. Das condições de entrega:

8.2.1. A empresa contratada deverá entregar os serviços no prazo de 05 dias úteis, após a emissão da autorização de entrega.

8.2.2. Os serviços deverão ser realizados na sede da CAMARA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS, na Av. Tiradentes, S/N - Itanhangá I - Caldas Novas – GO, CEP 75.680-350, em dias úteis, de segunda a sexta –feira, entre as 08:00h e 16:00h.

8.2.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

8.3.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).





9. Obrigações da contratada:

9.1. A contratada obriga-se a:

9.1.1. Efetuar a execução dos fornecimentos em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os fornecimentos prestados;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.1.5. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.1.6. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

10. Obrigações da contratante:

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Receber provisoriamente, disponibilizando local, data e horário;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade provisoriamente com as especificações constantes, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

11. Medidas acauteladoras:





11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. Do pagamento:

12.1. Os pagamentos serão efetuados através de depósito em Conta Corrente, de titularidade da CONTRATADA obedecida as seguintes condições:

a. OS PAGAMENTOS SERÃO REALIZADOS CONTRA-APRESENTAÇÃO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (TRINTA) dias após apresentação das respectivas notas fiscais/faturas e devidamente atestadas pelo setor competente e de conformidade com os procedimentos normais de pagamento da Câmara Municipal de Caldas Novas.

b. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA, e seu vencimento ocorrerá **05 (cinco)** dias após a data de sua apresentação válida.

12.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao setor competente da CONTRATANTE, por ocasião dos pagamentos, cópia autenticada dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de débito para com a Fazenda Federal (certidão conjunta);**
- b) Certificado de regularidade de situação com o FGTS;**
- c) Certidão Negativa Municipal;**
- d) Certidão Negativa Estadual;**
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

A CONTRATANTE poderá deduzir dos pagamentos importâncias que, a qualquer título, lhe forem devidas pela CONTRATADA.

12.3. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento de qualquer nota fiscal, nos seguintes casos:

- a) Incoerência no fornecimento do objeto deste Contrato, de responsabilidade da CONTRATADA;**
- b) Realização do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Contrato;**
- c) Erros, omissões ou vícios nas notas fiscais.**

12.3. Da liquidação:

12.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10



dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

12.3.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

12.3.3. O prazo de validade;

12.3.4. A data da emissão;

12.3.5. Os dados do contrato e do órgão contratante;

12.3.6. O período respectivo de execução do contrato;

12.3.7. O valor a pagar; e

12.3.8. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

12.3.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

12.3.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.3.11. A Administração deverá realizar consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas para contratação;

12.3.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

12.3.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

12.3.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a



ampla defesa;

12.3.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13. Recebimentos da nota de empenho:

13.1. A recusa injustificada da vencedora em assinar o contrato/ordem de serviço/fornecimento, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas, facultado à Administração chamar os remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, ou revogar esta licitação.

13.2. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação regular fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com validade expirada, a empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

13.3. O fornecedor deverá manter, durante toda a vigência do ajuste, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. Da celebração do contrato:

14.1. Poderão ser celebrados contratos, discricionariamente, pela CAMARA de acordo com as condições previstas no Edital.

14.2. O PROPONENTE VENCEDOR terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir da convocação, para assinar o Contrato ou anuir a ordem de serviço/fornecimento. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo PROPONENTE VENCEDOR durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Pregoeiro e sua equipe.

14.3. A recusa injustificada do concorrente PROPONENTE VENCEDOR em assinar o contrato/ordem dentro do prazo estabelecido sujeitará, ainda, o concorrente à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para participar de licitações realizadas pelo Município bem como aplicação de multa de 10 % (dez por cento) do valor a ser contratado.



14.3.1. O recolhimento da multa referida no item anterior será feito, por meio de guia própria emitida pela CAMARA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS e para pagamento no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua emissão.

14.3.1.1. O não pagamento do título levará a inscrição do mesmo no Cadastro de Dívidas Ativas do Município de Caldas Novas – GO, tornando-se título executivo para as medidas judiciais cabíveis.

14.3.1. Caso não ocorra o pagamento da multa a penalidade será atenuada para que seja realizada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurar os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes não sendo inferior aos 24 (vinte e quatro) estabelecidos no item 3.

14.4. A assinatura do contrato/ordem estará condicionada à comprovação da regularidade e validade da documentação apresentada pelo PROPONENTE VENCEDOR, na data da assinatura.

14.5. As comunicações entre a Câmara Municipal de Caldas Novas e o interessado serão realizadas através do e-mail apresentado na Declaração de Pleno Atendimento e na proposta, sendo que considerar-se-ão recebidas todas as notificações encaminhadas por este meio.

15. Controle da execução:

15.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução, e de tudo dará ciência à Administração;

15.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução;

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

15.3. O fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a



execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. Acréscimo ou supressão:

16.1. No interesse da Câmara Municipal o valor inicial atualizado da contratação poderá ser aumentado ou suprimido até os limites previstos no art. 125 da Lei 14.133/21.

16.2. A vencedora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias.

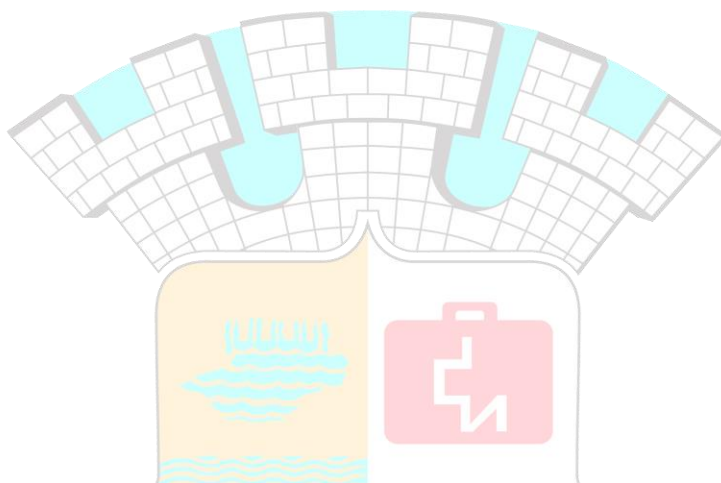
16.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta.

17. Sanções Administrativas:

17.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme disposto da Lei 14.133/2021 e Decreto nº 335/2023.

Município de Caldas Novas, Estado de Goiás, 20 de janeiro de 2025.

Edimar Cândido da Silva
Assessor de Compras
Câmara Municipal de Caldas Novas



ANEXO I

MODELO

FORMULÁRIO PADRÃO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

EMPRESA: _____

ENDEREÇO: _____

CNPJ: _____ FONE: _____

Nome do Representante Legal: _____

Identidade do Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____





ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	VL UNT	VL TOTAL
01							
02							
03							
04							
05							

Declaro que, nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do fornecimento do objeto da presente licitação.

Declaramos que examinamos, conhecemos e nos submetemos às condições contidas no Termo de Referência da Dispensa de licitação retro mencionado, bem como verificamos todas as especificações nele exaradas, não havendo qualquer discrepância nas informações e/ou documentos que dela fazem parte.

Declaramos que o objeto cumpre com as exigências contidas no Termo de Referência.

Declaramos, ainda, que estamos cientes de todas as condições que possam, de qualquer forma,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
CALDAS NOVAS**

Caldas Novas, a maior Estância Hidrotermal do Mundo!

influir nos custos, assumindo total responsabilidade por erros ou omissões existentes nesta proposta, bem como qualquer despesa relativa à realização integral do seu objeto.

TOTAL: XXXXX,XX (Valores Expressos em Reais).

Local e Data.



Digitally Signed by VINICIUS HENRIQUE COSTA:00590431137-AC SyngularID Multipla
Date: 20/01/2025 10:28:19
Reason: Arquivo assinado digitalmente.
Location: BR - Página: 19 de 19